



CONSELHO GERAL

ATA N.º 1/2013

Reunião Extraordinária do Conselho Geral

_____ No dia cinco de março de dois mil e treze, pelas onze horas, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda. A reunião foi realizada por videoconferência para o polo de Angra do Heroísmo. _____

_____ 1. Votação da ata da reunião de 17 de setembro de 2012; _____

_____ 2. Votação da ata de 20 de dezembro de 2012; _____

_____ 3. Informação sobre a evolução da situação financeira de curto prazo da Universidade dos Açores, nomeadamente no que se refere à antecipação e real impacto das notícias vindas a público sobre a antecipação de duodécimos e sua incidência na viabilização dos cursos cujo funcionamento tem sido noticiado estar comprometido e que estão dependentes de contratações externas; _____

_____ 4. Informação quantificada relativa à distribuição do reforço das verbas do MEC destinadas às universidades, critérios adotados e seu impacto no plano orçamental para 2013; _____

_____ 5. Discussão de um documento programático solicitado à Reitoria, definindo as linhas de orientação de curto, médio e longo prazo a adotar pela Reitoria, no sentido de regularizar as situações anómalas que vêm ocorrendo, nomeadamente no que toca à oferta letiva (Anexo I). No âmbito deste ponto serão discutidas e votadas as propostas dos Conselheiros Mário Fortuna e Armindo Rodrigues (Anexo II e Anexo III); _____

_____ 6. Informação sobre a eventual evolução verificada nos contactos mais recentes relativamente às preocupações que resultam do agravamento progressivo da situação financeira da UAc, designadamente a nível nacional e regional; _____

_____ 7. Informação sobre alegado protocolo de cooperação com incidência financeira entre entidades regionais e nacionais, em resultado das intervenções de deputados na Assembleia da República; _____

_____ 8. Informação sobre o desenvolvimento do trabalho da Comissão encarregada da elaboração do diagnóstico sobre a UAc; _____

_____ 9. Início do processo eleitoral do Conselho Geral da UAc para o quadriénio 2013/2016 e calendário das respetivas operações (Anexo IV; Anexo V); _____

_____ 10. Proposta de constituição de uma comissão integrando membros do Conselho Geral para homologação da ata prevista no Artigo 13.º do regulamento (Anexo VI); _____

_____ 11. Deliberação sobre duas propostas de revisão estatutária elaboradas, respetivamente, pela Reitoria e pelo Conselheiro Professor Tomaz Dentinho (Anexo VII); _____

_____ 12. Análise e votação de Proposta de Regulamento, para o processo de revisão estatutária (Anexo VIII); _____

_____ 13. Decisão sobre uma proposta do presidente do CG relativamente a uma tomada de posição do mesmo conselho junto do MEC (Anexo IX); _____

_____ 14. Informação sobre o expediente recebido; _____

_____ 15. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. _____

_____ Estiveram presentes, no polo de Ponta Delgada, os doutores Armindo dos Santos Rodrigues, Carlos Eduardo Pacheco Amaral, Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha, Maria



Gabriela Pereira da Silva Queiroz, Mário José Amaral Fortuna, Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, os Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa, que compareceu apenas no período da manhã, tendo justificado a ausência no período da tarde, e Roberto Sousa Rocha Amaral; no polo de Angra do Heroísmo, os doutores Alfredo Emílio Silveira de Borba, Carlos Fernando Mimoso Vouzela e o Dr. Delmar António de Sousa Bizarro. Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa, a Vice-Reitora para a Área Académica e o Administrador da Universidade dos Açores. Não esteve presente o Dr. Mário António da Mota Mesquita, que justificou a sua ausência antecipadamente. _____

_____ Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão. _____

_____ Antes do início da ordem de trabalhos, o doutor Carlos Amaral pediu a palavra, para apresentar uma declaração, dizendo que iria participar na reunião sob protesto, na medida em que este órgão não estava a contar com as condições que viabilizam os seus trabalhos, nomeadamente no que diz respeito à participação dos conselheiros que se encontram na ilha Terceira, criando uma circunstância de desigualdade face aos temas apresentados na ordem de trabalhos, tendo acrescentado que a participação dos membros do Conselho Geral não pode estar condicionada à disponibilidade de fundos. Acresce estar-se perante um precedente de legalidade dúbia e eticamente inaceitável na medida em que o princípio fundamental de igualdade de todos os membros do Conselho e de igual possibilidade de participação nos trabalhos ficou viciado. Alguns dos seus membros participariam na reunião presencialmente, outros apenas por videoconferência com manifesto prejuízo da sua capacidade de acompanhamento dos trabalhos e de intervenção. Provavelmente, continuou, já deveria ter apresentado um protesto desta natureza há muito tempo. Não o tendo feito antes, fazia-o agora, até mesmo em função do elemento de discriminação adicional presente nesta reunião pelo facto de um membro do Conselho residente na ilha Terceira nela participar presencialmente, tendo-se deslocado a São Miguel para esse efeito a expensas próprias. Compreendendo não ser possível impedir este membro de viajar a expensas próprias até Ponta Delgada e, uma vez nesta cidade, participar presencialmente na reunião, o doutor Carlos Amaral defendeu que se estava perante um problema que reputou da maior gravidade na medida em que, por esta via, se condicionava a qualidade da participação dos membros do Conselho nas respetivas reuniões à disponibilidade financeira privada de cada um. Nestes termos, assistia-se a uma violação evidente do princípio fundamental de igualdade já que membros ricos, ou com capacidades financeiras adequadas poderiam pagar as suas despesas e participar plenamente nos trabalhos, enquanto membros com recursos financeiros privados menos substanciais se viam impossibilitados de usufruir de idênticas condições de participação nas reuniões. _____

_____ 1. Levada a votação, a ata do dia dezassete de setembro foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e uma abstenção. _____

_____ 2. Levada a votação, a ata do dia vinte de dezembro foi aprovada por unanimidade. _____

_____ 3. e 4. O Magnífico Reitor informou que, tendo em conta o aproximar do início do segundo semestre e a necessidade de se proceder às contratações relativamente a um número limitado de docentes, foi enviada uma carta ao Ministério a dar conta da situação e a pedir a antecipação do duodécimo. Informou ainda que a antecipação do duodécimo foi paga mais o reforço, permitindo a contratação de 50% da carga de docentes convidados/contratados, mas com a ressalva de que se deveria reduzir ao máximo a contratação de docentes convidados. _____

_____ Aberto um período de intervenções o Dr. Roberto Amaral questionou o Magnífico Reitor sobre o que irá ser feito quando chegar a altura do pagamento, ou seja, em dezembro,



uma vez que o orçamento que foi apresentado ao Ministério tem um nível de receita inferior e que a antecipação do duodécimo foi apenas uma maneira de a Universidade ganhar tempo. _____

_____ Relativamente à questão do início do semestre, o doutor Mário Fortuna informou que, apesar de o segundo semestre ter iniciado normalmente, tiveram de fazer ajustamentos forçados, dada a solução tardia da resolução do problema. Aproveitou para chamar a atenção para a diferença de medidas aplicadas em várias áreas, tendo dado como exemplo o caso da medicina, onde não houve cortes no financiamento e na contratação de docentes, enquanto em outras áreas foram efetuados cortes. Referiu, em particular, as medidas aplicadas no Departamento de Economia e Gestão, onde se procurou obter uma redução em 50%, com pessoas a darem aulas 'graciosamente'. Em relação ao pagamento antecipado do duodécimo, referiu que o problema pode ficar resolvido abril/maio, mas que voltarão a ter o mesmo problema em junho/julho, altura em que terão de apresentar a distribuição de serviço do próximo ano letivo, tornando-se necessário saber que mensagem vão dar aos alunos, relativamente ao próximo ano letivo, pois há que assumir um compromisso quando se abrir as vagas para o próximo ano. Em relação ao despacho do Magnífico Reitor, que determina a reestruturação dos cursos até trinta e um de março, considerou o despacho de efeito pontual, uma vez que os processos de ajustamento vão levar o seu tempo, tendo em conta que novas propostas têm de passar pela A3ES. Acrescentou, a propósito do planeamento do próximo ano letivo, que não é ao Conselho Científico, nem ao Conselho Pedagógico, que cabe fazer a distribuição de serviço, mas sim à Reitoria, com base nas propostas das unidades orgânicas, num trabalho que nunca foi feito mas tem de ser feito. Dada a situação atual de crise, estranhou que, nesta altura, ainda não tenham apresentado as contas do fecho do ano, não percebendo como ainda não têm relatórios de contas regulares, para se ter uma ideia da situação real da Universidade. Voltou a insistir com o Magnífico Reitor, no sentido de se reunir sistematicamente com as unidades orgânicas, para poderem planear em conjunto. _____

_____ Segundo o doutor Tomaz Dentinho, não parece haver grandes alternativas, a não ser perceber o que é preciso fazer a longo prazo e reestruturar, tendo lamentado que esta responsabilidade não tenha sido assumida há dois anos. Relativamente ao despacho do Magnífico Reitor sobre a reestruturação dos cursos, salientou que, para se reestruturar os cursos também é necessário reestruturar o corpo docente, tendo proposto que esta reestruturação seja feita em conjunto com a reestruturação da Universidade e do corpo docente. Em relação à Comissão designada pelo Magnífico Reitor para a elaboração do diagnóstico, referiu que o Conselho Geral deve saber em tempo útil o resultado do diagnóstico. _____

_____ Em relação ao Departamento de História, o doutor Carlos Amaral mencionou que, apesar de o segundo semestre se ter iniciado, receberam instruções de que deveriam cortar nas despesas para metade, o que considerou muito preocupante, pois só em casos extremamente necessários, e única e exclusivamente aquando da ausência de recursos humanos, é que tiveram de recorrer ao exterior, tendo salientado que, até que os planos de estudo sejam revistos e a oferta letiva seja alterada, há que respeitar os planos existentes, não sendo legítimo avançar-se com alterações depois de iniciado o semestre. Mais grave – acrescentou – é recorrer à oferta letiva a título gracioso, pois a Universidade não pode viver com docentes a darem aulas de graça, não por iniciativa própria, mas sim devido às circunstâncias atuais e à necessidade de cumprir com a oferta letiva que está a ser oferecida e ao facto de não haver verbas suficientes para pagar as horas letivas destes docentes, pondo em causa a dignidade da própria instituição. Quanto à reestruturação dos cursos até trinta e um de março, afirmou que tal não é viável, referindo que a verdadeira reforma da Universidade irá ser feita muito brevemente pela A3ES, tendo em conta que a Universidade já começou a ter cursos cuja acreditação foi recusada. _____



_____ Sobre as deliberações do Conselho de Gestão, nomeadamente no que diz respeito às regras de redução aplicadas, o doutor Alfredo Borba salientou a desigualdade verificada entre as diversas unidades orgânicas, tendo chamado a atenção para o facto de algumas unidades orgânicas terem responsabilidades com outras instituições que os obrigam a dar oferta letiva. Salientou ainda o facto de não saberem como vão aplicar os cortes propostos, tendo em conta que o semestre já começou. Informou igualmente que, sobre a harmonização das disciplinas, têm respondido à colaboração da oferta letiva de outros departamentos, e que os CET's são cursos que dão lucro à Universidade, quer a nível financeiro, quer em número de alunos, não concordando com o despacho em relação à percentagem aplicada para que os mesmos possam funcionar. Sobre o não haver apresentação de contas, estranhou que a evolução dos saldos não tenha feito parte da ordem de trabalhos. Por fim, apontou para a necessidade de haver maior comunicação com as unidades orgânicas antes de fazerem os despachos. _____

_____ O doutor Carlos Vouzela mostrou-se igualmente contra o despacho onde se criam regras diferentes para contratação de docentes, referindo que são os próprios docentes que financiam os cursos, por respeito aos alunos e pela própria Universidade, comprando os reagentes para que os cursos possam funcionar. Dada a situação atual da Universidade e com base em questões colocadas por outros colegas e que subscreve, levantou duas questões: i) porque é que todos os órgãos dirigentes da casa não prescindem, a título excepcional, dos seus suplementos de ordenado, de modo a contribuírem para a resolução imediata dos problemas de lecionação que presentemente existem e que são do conhecimento da Reitoria e do Conselho Geral, dado que estes suplementos rondam mensalmente valores superiores a 30 000 € (trinta mil euros)?; ii) porque não prescindir das pessoas que colaboram, em termos administrativos, com a Universidade e que pertencem a outras instituições? Por parte da Reitoria não houve qualquer explicação ou posição sobre o assunto, tendo somente os doutores Carlos Amaral e Alfredo Borba referenciado que disponibilizariam de livre vontade o suplemento de ordenado se todos os restantes órgãos dirigentes também o fizessem. _____

_____ Tendo em conta as notícias que têm vindo a público, o estudante Luís Freitas salientou o cuidado que se deve ter quando se for para a comunicação social, para que no futuro as pessoas possam encarar com seriedade o que se venha a publicar, tendo aproveitado para colocar várias questões ao Magnífico Reitor, entre elas o querer saber quem é o culpado da situação atual da Universidade e se o Reitor voltava a se recandidatar, pois, segundo afirmou, tem a ideia de que muito do que foi indicado no projeto de candidatura está longe de ser resolvido e vê que muito não se está a cumprir. _____

_____ O Vice-Reitor informou que o processo de antecipação do duodécimo é um processo moroso, com a ressalva de que só foi feito a título excepcional, não voltando a repetir-se. Informou ainda que houve uma incerteza em relação aos montantes a serem transferidos para a Universidade. No entanto, adiantou, o pagamento já deve ser corrigido nos próximos meses, tudo apontando no sentido de se começar a pagar já no próximo mês, o que irá dar origem a que a Universidade comece a ter problemas a partir de abril. _____

_____ Em termos de imagem da Universidade, o doutor Armindo Rodrigues realçou a importância de se garantir o serviço docente para o próximo ano, na medida em que agora é que os alunos estão a fazer as suas escolhas, tendo afirmado que internamente há muita coisa que pode ser modificada e que não depende de dinheiro, mas sim da boa vontade das pessoas e da melhoria de atendimento de certos serviços. Sobre a reestruturação da oferta letiva, referiu que tanto o Conselho Científico como o Conselho Pedagógico deveriam ter alguma coisa a dizer sobre o assunto, mas infelizmente o Conselho Pedagógico é o que é menos tido em consideração. _____



_____ Estranhando o facto de nesta altura ainda não haver fecho de contas de dois mil e doze, o Dr. Roberto Amaral afirmou que, apesar de a situação da Universidade já ser conhecida há muito tempo, a realidade é bem pior, pois o orçamento das unidades orgânicas é muito reduzido e o orçamento global da UAc aprovado peca por defeito. Em relação à proposta apresentada pelo doutor Carlos Vouzela, apesar de a considerar altruísta, reconheceu que a Universidade pode chegar a um ponto em que terá de recorrer aos salários dos docentes, aplicando-lhes uma redução. Por fim, pretendeu saber até quando a Universidade terá dinheiro para prosseguir a sua atividade normal, sem prejuízo da qualidade do ensino ministrado. _____

_____ Sobre a questão da oferta letiva, a Vice-Reitora para a Área Académica esclareceu que o prazo de trinta e um de março é uma forma de reflexão sobre o assunto, que deverá ser posteriormente analisada, concordando que haja uma reflexão profunda sobre a reestruturação dos cursos. Em relação ao funcionamento dos Serviços Académicos, esclareceu que o problema não é só dos Serviços, mas também dos próprios docentes, que muitas vezes não colaboram na entrega dos sumários ou no preenchimento das pautas. Quanto à referência feita pelo doutor Armindo sobre ouvir-se falar mais do Conselho Científico do que do Conselho Pedagógico, confirmou que existem mais questões relacionadas com o Conselho Científico do que propriamente com o Conselho Pedagógico. _____

_____ Sobre a questão da evolução dos saldos, o senhor Administrador explicou que a última execução que foi enviada é de outubro e que estão a fazer correções do final do ano, para fazerem o apuramento final de dois mil e doze. Em relação a janeiro de dois mil e treze, esclareceu que a Universidade, até há uma semana atrás, ainda não tinha conhecimento do montante que iria ser atribuído, mas que se previa um corte de cerca de 400.000€, tendo sido solicitado um reforço que contemplasse o aumento da Caixa Geral de Aposentações e o pagamento do duodécimo. Informou ainda que, no orçamento da Universidade, foram colocados cerca de 900.000€ apenas para repor os subsídios, e que a antecipação do duodécimo foi uma estratégia da Reitoria para ganhar algum tempo até receber o reforço, havendo a expectativa de que a Universidade viesse a receber uma quantia superior. No entanto, acrescentou, na semana passada foram oficiados por telefone de que a Universidade só iria receber 75%, ou seja, 740.000€, sendo o reforço distribuído por onze meses e o duodécimo repostado por duodécimos, não havendo margem de manobra para que as instituições possam pedir novo reforço no final do ano, pois, de acordo com indicação do Ministério, não é possível repetir esta antecipação. Em termos de receita, informou que em março a Universidade vai receber do Orçamento de Estado a quantia de 1.121.000€ e, em abril, 1.054.000€. Para além desta receita, conta igualmente com a verba das propinas, numa média mensal de 310.000€, ficando aquém, em cerca de 20.000€ (de défice), só para vencimentos de pessoal quadro. Em termos de despesa, deu como exemplo os seguintes encargos mensais: 1.386.000€, para salários com pessoal do quadro; 30.000€, para assistentes convidados; 50.000€, para Contratos (como a Microsoft, por exemplo); 40.000€, para despesas de funcionamento (água, luz, etc), para além das despesas de comunicações, que já foram em muito reduzidas, na medida em que o Conselho de Gestão já efetuou cortes nos telemóveis de cargos dirigentes, mantendo apenas os relacionados com os projetos. Por fim, comunicou que a Universidade irá ficar com um défice mensal de cerca de 150.000€, significando com isso que no mês de abril a Universidade já irá entrar em incumprimento. Relativamente aos projetos, informou que houve um esforço muito grande com a transferência de projetos para a Fundação Gaspar Frutuoso. _____

_____ O doutor Mário Fortuna considerou a intervenção do Administrador bastante elucidativa, embora não o tenha surpreendido, dizendo que tal já se previa, o que significa que de facto já existe o diagnóstico da rutura, que demonstra que a instituição deixou de funcionar



na normalidade. Por conseguinte, alertou para a necessidade de se entrar num processo de reestruturação imediata, para salvar o ensino no próximo ano letivo. Por fim, solicitou ao Administrador o envio às unidades orgânicas de um mapa provisório com o apuramento das contas.

Perante a situação de crise em que a Universidade se encontra, a doutora Gilberta Rocha solicitou ao Magnífico Reitor que a Reitoria contacte com as unidades orgânicas, no sentido de informar da situação real da Universidade, de modo a evitar que as pessoas se vejam confrontadas com situações indefinidas, como as que têm circulado.

O Magnífico Reitor mostrou a sua preocupação em relação aos acontecimentos da Universidade, reconhecendo que houve uma falta de comunicação. Em relação aos dois despachos, esclareceu que ambos foram feitos com o objetivo de a casa passar a utilizar cada vez mais os seus próprios docentes e evitar o recurso a docentes contratados. Informou ainda que, relativamente à verba do Governo Regional, o protocolo ainda não está concluído, mas que a verba foi reduzida, prevendo-se que a Universidade venha a receber apenas 250.000€. Em resposta ao estudante Luís Freitas, informou que com certeza se recandidataria e que não está a seguir o plano indicado no programa eleitoral, pelas razões óbvias, dada a situação da Universidade, embora gostasse de o por em prática.

5. Tendo entendido que o documento que fora solicitado à Reitoria, a definir as linhas de orientação a adotar a curto, médio e longo prazo, era mais direcionado para uma melhoria da oferta letiva, o Magnífico Reitor fez um breve resumo do documento programático elaborado pela Reitoria, onde constam alguns considerandos e se indicam quais as medidas que irão ser tomadas relativamente à oferta letiva da Universidade dos Açores, nomeadamente no que diz respeito a: distribuição de serviço docente e necessidade de se atualizar os docentes da casa; necessidade de os cursos terem um estudo de viabilidade económica; regras de iniciação de novos cursos e medidas a tomar a médio e a longo prazo; cursos de banda larga; adequação dos cursos de 2.º e 3.º ciclos; investigação; necessidade de se avançar igualmente para a criação de cursos de pós-graduação e de se utilizar cada vez mais a videoconferência para o e-learning. Quanto à proposta apresentada pelo doutor Armindo Rodrigues, referiu que existem docentes e funcionários que já mostraram a sua excelência e que irão aproveitar as competências destas pessoas, tendo concordado igualmente com a proposta do doutor Mário Fortuna.

Aberto um período de intervenções, o doutor Tomaz Dentinho voltou a propor que a reestruturação dos cursos fosse feita com o contributo da reestruturação do serviço docente e da reestruturação da própria instituição, no sentido de se cumprir com o que consta no despacho n.º 80/2013, referindo que, de acordo com o prazo apresentado, não se torna viável esperar por propostas alternativas das unidades orgânicas, uma vez que já se passou muito tempo. Segundo afirmou, a Reitoria terá que assumir a responsabilidade de estruturar, pois este esforço não pode ser apenas fruto da iniciativa das unidades orgânicas, tendo em conta que não têm autonomia financeira.

Relativamente à proposta que apresentou e que consta do anexo II, o doutor Mário Fortuna apontou para a necessidade urgente de uma reestruturação imediata da Universidade, tendo em conta o diagnóstico apresentado pela Reitoria sobre a situação atual da Universidade. Salientou, no entanto, que não é possível reestruturar a Universidade sem reduzir efetivos e que a redução de despesas não deve ser só a nível do ensino, mas também a nível da investigação e de serviços. Não sendo possível aplicar as mesmas regras que são aplicadas na privada, como despedimento /indenização, indicou como alternativa a mobilidade, mas utilizando critérios, tendo em conta a avaliação de desempenho.



_____O doutor Armindo Rodrigues apontou igualmente para a necessidade de se tomar uma atitude de imediato, alertando no entanto para o cuidado que se deve ter com os critérios a serem utilizados nas medidas a aplicar, pois esta é a maior preocupação das pessoas. Alertou igualmente para a legislação que diz respeito à mobilidade especial: extinção, fusão de institutos, reestruturação e racionalização de efetivos. _____

_____O Vice-Reitor esclareceu que, em termos de avaliação, existe uma falha no instrumento de avaliação de desempenho dos funcionários. Quanto à redução de efetivos, referiu que o problema de fundo da Universidade é ter poucos alunos e pouca receita de propinas, e não propriamente ter recursos humanos em excesso, salientando que, a nível de acesso ao ensino superior, é preciso não esquecer que a nossa área de recrutamento está cada vez mais limitada, na medida em que a maioria dos nossos alunos é proveniente das outras ilhas. Em relação aos critérios a serem utilizados, explicou que os instrumentos disponíveis são muitos, mas teme que nem todos sejam viáveis, nomeadamente no que diz respeito à questão da exclusividade e da mobilidade. _____

_____Segundo o doutor Carlos Amaral, a Universidade não tem condições de aumentar o número de alunos e, com muita sorte, se conseguirá manter o mesmo número deste ano, principalmente depois da imagem negativa que se tem vindo a mostrar nos últimos tempos. Em termos de redução de recursos humanos, referiu que esta só poderá ocorrer quando houver reestruturação da oferta letiva e que, enquanto tal não acontecer, há que assegurar o que existe presentemente, acrescentando que, se continuarem a aplicar a legislação em vigor, poderão correr o risco de perder cursos. Sobre o assunto, informou que o Conselho Pedagógico tem vindo a denunciar sistematicamente esta situação, tendo referido que o problema é não terem número de alunos, pois se for feito um levantamento no geral, os docentes têm carga letiva muito superior à indicada por lei. Segundo afirmou, reduzir efetivos sem reduzir previamente a oferta letiva é impensável, impraticável e inviável, tendo alertado para os critérios a serem aplicados, que deverão ser claros, objetivos e racionais, para evitar que os cortes sejam direcionados para aqueles que são mais necessários. Ainda em relação à oferta letiva e à reestruturação dos cursos, não crê que haja condições de se apresentar nesta altura propostas de novos cursos, nem vê razão para que se altere os cursos que estão a funcionar bem. Quanto à videoconferência, apesar de reconhecer que este sistema pode assegurar algumas atividades, afirmou que a Universidade não tem condições para assegurar todas as atividades. Sobre o *B-learning*, referiu que tal exige competências específicas que têm de ser desenvolvidas pelos próprios docentes, sendo necessário avançar-se para cursos, que lhes permitissem uma formação específica. Por fim, acrescentou que, tendo em conta o público diversificado, a Universidade deve começar a investir no ensino em língua inglesa. _____

_____Relativamente à oferta letiva a Vice-Reitora para a Área Académica salientou que esta questão assume aspetos diversificados, tem em conta que uma reestruturação profunda só pode ter efeitos a partir do ano letivo dois mil e catorze e dois mil e quinze. Para além disso, acrescentou, pode haver algumas reestruturações que não ultrapassem 10% das áreas científicas, pois um curso que ultrapasse essa percentagem é considerado como um novo curso. Havendo cursos que são avaliados e acreditados por cinco anos, afirmou não ver necessidade de se reformular os cursos que agora foram acreditados. _____

_____A doutora Gilberta Rocha alertou para a necessidade de se começar a trabalhar de imediato, com uma oferta letiva mais racional, em áreas de excelência que podem captar mais alunos, e partindo para a oferta das pós-graduações em áreas de maior procura. Tendo em conta as questões imediatas que têm de ser resolvidas, sugeriu que se aproveitasse algum do trabalho já feito em Conselho Científico. _____



_____ O doutor Alfredo Borba referiu que quando se pediu um documento programático, pedia-se outro tipo de documento. Em relação aos despachos, considerou-os um bocado discutíveis. Em relação à reestruturação, perguntou se quem vai fazer a reestruturação é a equipa Reitoral ou se outra comissão nomeada para o efeito. _____

_____ Embora considerando satisfatória a intervenção do Vice-Reitor, o doutor Armindo Rodrigues mostrou-se preocupado com a questão do problema da receita e da despesa, duvidando que se consiga resolver a situação da Universidade por via da receita, dado os cortes que se estão a verificar, tendo questionado a Reitoria no sentido de saber se existe algum plano capaz de surgir efeitos a médio prazo, que permita resolver esta situação difícil. Quanto à avaliação, reconheceu que ela poderá não ser a mais eficaz, mas é o único instrumento que existe e que deve ser utilizado por Lei. _____

_____ O Presidente do Conselho Geral esclareceu que, quando recebeu as propostas dos doutores Mário Fortuna e Armindo Rodrigues, considerou-as importantes, na medida em que apontavam para critérios refletindo alguma racionalidade. No entanto, após os esclarecimentos do Vice-Reitor relativamente aos aspetos jurídicos envolvidos numa reestruturação e que parecem envolver elevado risco, julgaria ser mais razoável que a Reitoria apresentasse um plano, que contemple um conjunto variado de soluções concretas adaptadas às circunstâncias e exigências. _____

_____ Na sequência da intervenção do Dr. Roberto Amaral, ao dizer que o importante neste momento é saber o que se vai fazer a curto prazo, o Magnífico Reitor informou que, para além do diagnóstico que está a ser feito, a Reitoria já tem alguns dados, aceitando, no entanto, a colaboração de alguns membros do Conselho Geral, se assim o entenderem. Apesar de acreditar que vão ter de dispensar pessoas, partindo para o mecanismo da mobilidade, esclareceu que vai ser necessário aprofundar esta proposta, saber quais as implicações e as consequências e ver como tal funciona, em termos de quem suporta 50% do financiamento, pois tem dúvidas se, no caso das regiões autónomas, é a instituição que fica com estes encargos. _____

_____ Retomando a proposta de pedir à Reitoria que inicie uma reestruturação de imediato, o doutor Mário Fortuna sugeriu a criação de uma Comissão de Acompanhamento, com membros do Conselho Geral, para acompanhar os trabalhos da Reitoria. _____

_____ Tendo em conta a disposição da Reitoria em avançar de imediato, procedeu-se à votação das duas propostas, constantes nos anexos II e III. _____

_____ Levada a votação, a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna (anexo II) foi aprovada por maioria, com sete votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. _____

_____ Após a votação, foram apresentadas as seguintes declarações de voto: _____

_____ Doutor Alfredo Borba: “Abstive-me na votação do ponto 5, Anexo II, porque, embora reconheça a necessidade urgente de se proceder a uma reestruturação da Universidade, pelo que fez nos primeiros dois anos de mandato, discordo que a reitoria seja capaz de a fazer.” _____

_____ Doutor Carlos Amaral: “Votei contra a proposta pelas razões aduzidas anteriormente no quadro do debate da proposta. Em particular, voto contra pelas seguintes razões:1) A proposta surge fora do tempo. Só faz sentido reduzir os efetivos da Universidade dos Açores na sequência de uma reflexão sobre a missão da Universidade e dos recursos, inclusivamente humanos, de que a instituição necessita para a cumprir! Em concreto, proceder ao despedimento de docentes e de funcionários, ou à colocação de docentes e de funcionários no quadro de mobilidade, fora de um exercício prévio de identificação do corpo docente e de funcionários de que a Universidade necessita para cumprir a sua missão em termos de oferta letiva, de investigação, de prestação de serviços à comunidade, é irracional e ameaça a própria capacidade



da instituição para cumprir aquilo a que se propõe. 2) A proposta é perigosa. Colocar a Universidade dos Açores num tal processo equivale a abrir uma “caixa de Pandora”, por várias razões. Em primeiro lugar, o processo em causa não está ainda devidamente regulamentado. Há já um corpo legislativo, complexo, aliás, sobre a matéria, sem, no entanto, o legislador ter adotado toda a regulamentação adequada à sua implementação concreta. Em segundo lugar, nem é líquido, sequer, que se aplique às Universidades. Em terceiro lugar, a ser adotado, desconhece-se como poderá um tal processo ser implementado em concreto e como poderão ser identificadas os efetivos, docentes e não docentes, a ser atirados para a mobilidade. 3) A proposta é nefasta para a Universidade dos Açores. Colocar-se em regime jurídico de reestruturação, equivalerá a convidar, não a “troika”, mas o Ministério para gerir a instituição. 5) A proposta é inédita. Tanto quanto sei, nenhuma Universidade portuguesa a adotou. 4) Por último, uma tal proposta poderá ser útil para uma área científica concreta, ou outra, ou até para uma Unidade Orgânica, para a instituição como um todo, não só é nefasta, como poderá ser fatal. Cortes sem critério no pessoal docente e não docente, ou, pior ainda, cortes decididos por critérios desencaminhados ou sem racionalidade científica, poderão assegurar, no imediato, a sobrevivência de áreas conhecendo um maior interesse conjuntural por parte da sociedade açoriana. Só o farão, no entanto, a expensas da condenação ao encerramento de uma pluralidade de outras áreas científicas, conjuntamente menos apetecíveis no momento. A médio e longo prazo, colocam em causa a sobrevivência da própria instituição. Outro risco, igualmente inadmissível, é fazer incidir os cortes nos docentes mais jovens e, por isso mesmo, mais fragilizados, se bem que mais dinâmicos e promissores, independentemente das respetivas áreas científicas – o que conduziria à inviabilização da própria missão da Universidade dos Açores._____

_____Doutor Carlos Vouzela: “O meu voto de abstenção relativo ao Anexo II da Ordem de Trabalhos da reunião do dia 5 de março de 2013 deve-se ao facto de não estar de acordo que seja a Reitoria a levar a efeito o mesmo.”_____

_____Levada a votação, a proposta apresentada pelo doutor Armindo Rodrigues (anexo III) foi aprovada por maioria, com nove votos a favor, um voto contra e três abstenções._____

_____Após a votação, foi apresentada a seguinte declaração de voto:_____

_____Doutor Carlos Amaral: “Votei contra pelas mesmas razões por que votei contra a proposta apresentada pelo Doutor Mário Fortuna.”_____

_____Levada a votação, a proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento, para apoiar a Reitoria, foi aprovada por maioria, com sete votos a favor e seis abstenções._____

_____Após a votação, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:_____

_____Doutor Armindo Rodrigues: “Por entender que a reitoria deve manter a capacidade para executar o seu programa, modulada pelas orientações emanadas do Conselho Geral, e que o Conselho Geral tem sempre a competência e o dever de fiscalizar os atos da reitoria, discordo da necessidade de criar esta comissão e da missão que se lhe pretende atribuir.”_____

_____Doutor Carlos Amaral: “Tendo votado contra a proposta de colocação da Universidade dos Açores em regime jurídico de reestruturação, pelas razões então aduzidas, voto igualmente contra a criação da Comissão de Acompanhamento do Reitor num tal processo, pelas mesmas razões.”_____

_____Doutora Gabriela Queiroz: “Abstive-me por considerar que o Conselho Geral pode apoiar a reitoria sem ser necessário criar uma comissão de acompanhamento. Considero, igualmente, que qualquer reestruturação deverá ser suportada por um diagnóstico completo da Universidade, processo que já se encontra em desenvolvimento de acordo com informação do Magnífico Reitor.”_____



_____A proposta de constituição da Comissão de Acompanhamento, composta pelos conselheiros Armindo Rodrigues, Carlos Vouzela e Mário Fortuna, foi levada a votação, por escrutínio secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados:_____

_____votos Sim: sete_____

_____votos Não: dois_____

_____votos em branco: quatro_____

_____6. Relativamente ao ponto 6, o doutor Mário Fortuna referiu que teria sido útil saber o estado financeiro da Fundação Gaspar Frutuoso e quais as perspetivas financeiras em termos de receita e resultados ao nível de tesouraria, ao que o Magnífico Reitor informou que, apesar de a Fundação Gaspar Frutuoso ainda não ter apresentado as contas do ano passado, devido ao volume de projetos que têm atualmente, crê que será possível executá-los._____

_____7. Sobre o alegado protocolo de cooperação com incidência financeira entre entidades regionais e nacionais em resultado das intervenções de deputados na Assembleia da República, o Presidente do Conselho Geral informou não existir informação sobre o assunto._____

_____8. O Presidente do Conselho Geral esclareceu que este ponto foi introduzido na ordem de trabalhos por sua iniciativa, por achar que seria interessante trazê-lo à reunião e informar sobre a evolução dos trabalhos, tendo informado que esteve reunido com a Comissão responsável pela elaboração do diagnóstico sobre a Universidade dos Açores, que o pôs ao corrente dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos, e que, dos resultados apresentados, lhe pareceu que a plataforma que foi implementada irá traduzir amplamente a realidade da Universidade, embora ainda haja muita informação que está sendo corrigida e que, na origem, seria inexata, como por exemplo dúvidas sobre o currículo de pessoas. Informou ainda que a referida Comissão se mostrou disponível para receber contributos do Conselho Geral e para mostrar todo o trabalho que tem sido desenvolvido. Por fim, acrescentou que, na visita que efetuou ao Departamento de Geociências, ficou impressionado com a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Vulcanologia, tendo lamentado que alguns conselheiros, nomeadamente os conselheiros externos, não tenham tido a oportunidade de conhecer este centro e a Universidade no seu todo._____

_____O Magnífico Reitor esclareceu que a referida Comissão começou por fazer o levantamento nos Serviços, estando agora a recolher as informações das unidades orgânicas, acrescentando que irá ser considerada a viabilidade económica dos vários cursos e a reformulação de alguns serviços._____

_____Perante a questão levantada pelo conselheiro Tomaz Dentinho, sobre uma eventual vinda ao Conselho Geral da Comissão em causa, para mostrar o que está sendo feito e informar sobre os critérios que estão a ser usados, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que, na reunião que teve com o doutor João Luís Gaspar, mostrou a sua disponibilidade em convidar a comissão, não o tendo feito porque, segundo os Estatutos, os convidados têm que ter a aprovação de todos os membros do Conselho Geral. Se o Conselho entender que há interesse, a Comissão poderá participar na reunião que irá ter lugar em abril._____

_____O Magnífico Reitor propôs que a Comissão venha ao Conselho na próxima reunião, tendo a proposta sido aprovada pelos conselheiros._____

_____9. Com vista à eleição dos novos membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, para o quadriénio 2013/2016, foi deliberado que a Reitoria desse início ao processo eleitoral._____

_____Colocada à votação, a proposta de calendário do processo eleitoral foi aprovada por unanimidade._____



_____10. Havendo necessidade de a ata final, com os resultantes respeitantes ao processo eleitoral, ser homologada pelo Conselho Geral e tendo em conta os custos envolvidos na realização de uma reunião do Conselho Geral apenas para esta finalidade específica que não passa de uma mera formalidade processual, o Presidente do Conselho Geral propôs que fosse constituída uma Comissão com a finalidade única de proceder àquela homologação e promover a publicidade dos resultados. A Comissão seria composta pelo Presidente do Conselho Geral e pelos doutores Armindo Rodrigues e Gilberta Rocha. Levada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com sete votos a favor, um voto contra e quatro abstenções. Nesta votação não está incluído o voto do Dr. Sampaio da Nóvoa, que se encontrava ausente._____

_____Após a votação, o doutor Carlos Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstive-me por discordar do facto de a proposta de a Comissão integrar elementos apenas de uma das listas candidatas ao Conselho.”_____

_____11.Fazendo referência às duas propostas de revisão estatutária elaboradas, respetivamente, pela Reitoria e pelo doutor Tomaz Dentinho, o Presidente do Conselho Geral abriu um período de debate, tendo o doutor Tomaz Dentinho defendido que o direito de qualquer conselheiro apresentar uma proposta de alteração de estatutos está previsto nos Estatutos e que o Conselho Geral deve pronunciar-se sobre ambas as propostas._____

_____O doutor Carlos Amaral mostrou-se indisponível para votar qualquer uma das propostas apresentadas, sem um processo de reflexão e de discussão em pormenor, tendo referido que, quando em setembro se colocou a hipótese de se avançar com a revisão estatutária e se lançou o desafio à Reitoria para apresentar uma proposta, ainda havia tempo para se poderem pronunciar sobre o assunto. Referiu ainda que o mandato está a terminar, tendo dúvidas se o Conselho tem tempo útil para desenvolver um exercício de reflexão alargado a toda a instituição e poder proceder à apreciação e votação final da proposta. Acresce saber o que o próximo Conselho Geral irá deliberar sobre a matéria, correndo o risco de o novo Conselho promover nova revisão estatutária._____

_____Tendo em conta outros assuntos de maior gravidade e urgência que a Universidade tem para resolver, o doutor Armindo Rodrigues disse não concordar que em apenas dois meses se deva tratar deste assunto, pois assim só irão prestar um mau serviço, preferindo que o Conselho não se dedicasse à discussão dos Estatutos._____

_____Lamentando o atraso por parte da Reitoria e o facto de não terem conseguido fazê-lo em tempo útil, a doutora Gilberta Rocha mostrou a sua discordância em adiar a revisão dos Estatutos, lembrando que o processo já tinha sido iniciado em setembro. Apesar de estarem em final de mandato, recordou que neste Conselho foi criada uma Comissão de Acompanhamento para apoiar a Reitoria e que, se há tempo para se criar uma Comissão desta natureza, não vê porque não se deva avançar com a reestruturação dos Estatutos, que também fazem parte da reestruturação da casa. Referiu ainda que, apesar do ambiente adverso em termos internos, há que mostrar que este Conselho funciona, pois a imagem para a Região e para o país de que nada se vai fazer não vai ser benéfica para a Universidade, nem vai permitir outros apoios que doutra forma talvez se conseguisse._____

_____Na sequência da intervenção do Presidente do Conselho Geral, ao dizer que não tem dúvidas nenhuma de que o que deve ser privilegiado como ponto de partida para discussão é a proposta apresentada pela Reitoria e solicitada pelo Conselho Geral, o doutor Tomaz Dentinho reagiu, dizendo que a proposta que apresentou é tão legítima quanto a que foi apresentada pela Reitoria e que este é o momento adequado para se avançar com a alteração dos Estatutos, tendo em conta a necessidade de reestruturação da Universidade, tendo acusado o Presidente do Conselho Geral de ter medo das palavras e de não ter permitido que apresentasse a sua proposta.



_____ O doutor Mário Fortuna estranhou o facto de estarem a discutir as propostas, dizendo que sempre entendeu que agora iam apenas dar início ao processo e não propriamente à discussão das propostas, considerando não ser a altura certa para se rever os Estatutos, dado que é necessário haver uma reflexão maior, com toda a comunidade, tendo proposto que este Conselho dê por iniciado o processo e se crie um regulamento para o efeito, não pondo de parte o início da revisão. _____

_____ Segundo o doutor Alfredo Borba, a revisão dos Estatutos deve ser cuidadosa, deve ser ouvida por toda a comunidade académica e tem de ser aprovada por 2/3 dos membros do Conselho Geral. _____

_____ Tendo em conta que o processo foi desencadeado por consenso e foi aprovado em setembro, estando em cima da mesa o que foi solicitado à Reitoria, o Dr. Roberto Amaral alertou para a urgência de se apresentar soluções para a Universidade, tendo sugerido o previsto no art.º 39º dos Estatutos, ou seja, a possibilidade de se poder alterar apenas a estrutura das unidades orgânicas enquadradas nas propostas apresentadas, sem a necessidade de se esperar pela aprovação dos Estatutos. _____

_____ Tendo entendido o que foi apresentado pelo Dr. Roberto Amaral e pelo doutor Mário Fortuna como uma terceira proposta, o doutor Tomaz Dentinho admitiu que pode ser mais fácil alterar apenas as estruturas das unidades orgânicas, mas salientando que tudo isso tem prazos e que a indicação que deve ser transmitida é que não deve ser feita apenas uma reestrutura da oferta letiva, mas também a estrutura da casa, ao que o Dr. Roberto Amaral esclareceu que não propôs nenhuma alteração aos Estatutos e que apenas disse que os atuais Estatutos permitem que a Reitoria faça uma proposta ao Conselho Geral para se proceder à alteração da estrutura das unidades orgânicas, tendo este Conselho toda a legitimidade de aprovar uma proposta desta natureza. _____

_____ O doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua discordância pelo facto de estarem a levar as propostas para a Comunicação Social antes de serem debatidas no Conselho Geral, mostrando-se igualmente contra a atitude de alguns conselheiros em colocarem assuntos desta natureza na comunicação social. _____

_____ Atendendo ao que é dito na comunicação social, a doutora Gilberta Rocha considerou tratar-se de uma forma de pressão inaceitável por parte de um conselheiro, tendo referido o artigo que foi publicado no jornal Açoriano Oriental, acrescentando que estas atitudes em nada beneficiam a Universidade. _____

_____ Sobre o assunto, o doutor Tomaz Dentinho referiu que existem questões que sempre foram levantadas e que sempre puseram em causa a dignidade de alguns colegas de outros polos, daí terem tido o direito à indignação e à liberdade de expressão, por indignação com esta proposta, tendo-se sentido no direito de chamar a atenção para as consequências. _____

_____ O doutor Alfredo Borba mostrou a sua concordância em relação às afirmações do doutor Tomaz Dentinho, dizendo ter estranhado que os conselheiros de Ponta Delgada não tenham apresentado um voto de protesto pela proposta da Reitoria. _____

_____ Em relação à comunicação social, o Magnífico Reitor esclareceu que sempre se negou a todos os órgãos de comunicação social para fazer qualquer esclarecimento sobre a sua proposta, tendo salientado que sempre defendeu a tripolaridade. _____

_____ O Presidente do Conselho Geral informou que as propostas propriamente ditas não estão em causa e que, estando já iniciado o processo de revisão estatutária, a partir de agora é preciso aprovar um regulamento que permita dar início ao processo em termos práticos. _____

_____ 13. O Presidente do Conselho Geral apresentou uma proposta de ofício relativamente a uma tomada de posição do Conselho Geral junto do Ministério da Educação e Ciência, cuja



cópia ficará apensa à ata. Perante algumas manifestações de reserva quanto a este ofício, a proposta não chegou a ser discutida, tendo ficado sem efeito. _____

_____ 14. O Presidente do Conselho Geral deu a conhecer aos membros presentes alguma da correspondência recebida, a saber: manifestação de protesto apresentada pelos doutores Tomaz Dentinho e Alfredo Borba, pela forma como esta reunião foi realizada, impedindo que alguns conselheiros estivessem presentes; carta do doutor Tomaz Dentinho que falava da utilização indevida, por parte da Reitoria, de verbas dos projetos, cujo teor foi dado a conhecer ao Tribunal de Contas de Ponta Delgada, considerando que entendia constituir isto uma deslealdade para com a instituição; pedido do doutor Álvaro Borralho a solicitar uma cópia da proposta do doutor Mário Fortuna, entendendo-se que apenas seria divulgada com a aprovação da ata e respetivo conteúdo envolvendo a discussão sobre a mesma. Sobre a carta enviada com conhecimento ao Tribunal de Contas, o doutor Tomaz Dentinho esclareceu que tal se deveu ao facto de ter projetos que foram impossibilitados de se realizar, porque a Universidade utilizou indevidamente as verbas destes projetos. Considerando inaceitável este processo, e tendo em conta que o *timing* do projeto foi posto em causa, pareceu-lhe por bem enviar cópia ao Tribunal de Contas. _____

_____ Dado o adiantado da hora, deu-se por suspensa a reunião às vinte horas, devendo a mesma ser retomada no dia onze de março, pelas catorze horas, para discussão do ponto 12. da agenda. _____

_____ No dia onze de março de dois mil e treze, pelas catorze horas, os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores voltaram a reunir-se para retomar os trabalhos da reunião suspensa no dia cinco de março, com vista à análise e votação da Proposta de Regulamento para o processo de revisão estatutária, que consta do anexo VIII, cuja cópia ficará apensa à ata. _____

_____ A reunião foi feita por sistema de videoconferência para o polo de Angra do Heroísmo e para Lisboa, estando presentes todos os membros do Conselho Geral, à exceção dos Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e Mário António da Mota Mesquita, que justificaram a sua ausência antecipadamente. _____

_____ 12. Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, passando a palavra ao doutor Armindo Rodrigues, que apresentou uma proposta, subscrita pela doutora Gabriela Queiroz, no sentido de o Conselho Geral deliberar sobre a oportunidade de se iniciar o processo de revisão estatutária nesta data, colocando à votação dos seus membros o adiamento da discussão de tal matéria, para depois da tomada de posse dos membros do Conselho Geral da Universidade no mandato que se inicia em maio de 2013. A proposta encontra-se apensa à ata. _____

_____ Embora concordando com a proposta do doutor Armindo Rodrigues, o Presidente do Conselho Geral alertou para o facto de no dia cinco de março se ter votado para o início do processo de revisão, tendo em conta a apresentação de duas propostas. Lembrou ainda que foi essa a informação que foi dada à Comunicação social e à opinião pública. _____

_____ A doutor Gilberta Rocha recordou que não houve deliberação formal para apresentação de propostas, mas sim um pedido formal por parte do Conselho Geral e que a posição do doutor Armindo Rodrigues e a proposta que ele apresentou transmitem a sua posição mantida no dia cinco de março. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho lembrou igualmente que em outubro foi solicitado à Reitoria que apresentasse uma proposta de revisão estatutária e que a sua proposta surgiu pelo facto de a Reitoria não ter apresentado uma proposta atempadamente. Havendo necessidade de se proceder a uma reestruturação, afirmou que a Reitoria deveria fazê-lo com as unidades



orgânicas e em simultâneo com a revisão dos estatutos. Por fim, acrescentou que, com base na proposta do doutor Armindo, por maioria de 2/3, o Conselho Geral poderia descartar esta proposta da ordem de trabalhos.

Considerando inoportuno fazer alterações estatutárias nesta altura, o doutor Mário Fortuna subscreveu a proposta do doutor Armindo Rodrigues, propondo que fosse apresentada uma proposta de regulamento, para que o próximo Conselho Geral possa iniciar o processo na devida altura. Dada a situação da Universidade, e tendo em conta a necessidade de se proceder a algumas alterações nas estruturas orgânicas, é de opinião de que se deve proceder a pequenos ajustes nos Estatutos, sem os alterar na totalidade.

O doutor Carlos Amaral lembrou que revisão estatutária é um tema que a Reitoria tem apresentado ultimamente com muita frequência e, mesmo que não tenha ficado espelhado na ata o que se pretendia, o facto é que o Conselho Geral pediu à Reitoria a apresentação de propostas, embora a proposta tenha sido entregue tardiamente, quase em final de mandato deste Conselho. Lamentou constatar que, estando a meados de março, não haja condições para que se termine o processo dentro do mandato deste Conselho, tendo em conta que falta apenas um mês e meio do final do mandato e que para se proceder a uma revisão estatutária deverá ser solicitado o parecer das unidades orgânicas e dos diversos órgãos da casa. Pelo facto, considerou mais consensual votar a proposta dos doutores Armindo Rodrigues e Gabriela Queiroz, deixando o assunto para o próximo Conselho Geral.

A doutora Gilberta Rocha mostrou a sua discordância em relação às razões indicadas pelo doutor Armindo Rodrigues, por considerá-las pouco claras, acrescentando que, se o Magnífico Reitor aceitar avançar com a proposta da reestruturação da casa apresentada pelo doutor Mário Fortuna, esta reestruturação vai abalar mais com a casa do que propriamente a alteração dos estatutos.

O doutor Armindo Rodrigues explicou que a sua proposta foi apresentada, por ter considerado que não estariam reunidas condições para se avançar com a revisão estatutária, tendo em conta a proximidade do processo eleitoral para os novos membros do Conselho Geral, estando a ser absolutamente coerente nas suas opiniões. Acrescentou que, não tendo havido nunca uma deliberação sobre o assunto, não vê inconveniente numa votação para decidir se se avança ou não com este processo, mostrando-se no entanto disponível para o efeito, caso a sua proposta não seja aprovada.

O doutor Alfredo Borba relembrou que já se encontram em processo de revisão dos estatutos, tendo no entanto reconhecido que é impossível finalizar o processo antes do final do mandato, nada impedindo que não se faça um debate com toda a comunidade académica. Por fim, referiu que o que existe na Terceira é uma grande revolta, pelo modo como foi apresentada a proposta da Reitoria e por esta ter surgido sem terem ouvido ninguém, tornando-se altamente penalizadora.

O Presidente do Conselho Geral esclareceu que o que está em causa é dar continuidade ao proposto na ordem de trabalhos, não propriamente uma alteração da ordem de trabalhos, sendo necessário definir se é para dar andamento a este processo.

Com base na proposta apresentada pelo doutor Armindo Rodrigues, foi levada a votação uma proposta elaborada pelo doutor Carlos Amaral, nos seguintes termos: “Dadas as circunstâncias, e o facto de se encontrar a mês e meio de terminar o mandato, o Conselho entende não estarem reunidas as condições necessárias à prossecução do processo de revisão estatutária.”

A proposta foi aprovada por maioria, com sete votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.



_____ Após a votação, o doutor Tomaz Dentinho apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto contra a interrupção do processo de alteração dos estatutos da Universidade dos Açores. Lamento que a reitoria não tenha apresentado uma proposta em tempo útil, participada e consensual, como foi indicado por mim há cinco meses, em Outubro passado, e aceite pelo Conselho. Lamento que o Conselho Geral adie um assunto essencial para a Universidade dos Açores. Na realidade o Conselho Geral dá à reitoria a possibilidade de reestruturar a universidade dispensando pessoas sem a necessária reestruturação orgânica precipitando a desagregação orgânica da Universidade depois da maioria do Conselho ter deixado a reitoria desagregar a Universidade do ponto de vista financeiro e económico.” _____

_____ 15. No período destinado a outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores, o Presidente do Conselho Geral tomou a palavra retomando o tema da reestruturação abordado na sessão anterior, manifestando a opinião de que a Reitoria deveria ter apresentado uma proposta clara, com medidas a aplicar, uma vez que teve conhecimento antecipado da proposta aqui apresentada, tendo encarado com preocupação que o Magnífico Reitor não tenha margem de manobra/flexibilidade dentro do equilíbrio que a situação exige. Manifestou ainda que as deliberações tomadas nesta matéria deveriam ter apenas um carácter de recomendação, devendo ser deixada margem de manobra ao Magnífico Reitor para tomar as opções mais adaptadas às circunstâncias e exigências que a gravidade da situação exigir. _____

_____ O doutor Mário Fortuna esclareceu novamente que a proposta que apresentou foi feita no sentido de reforçar a Reitoria a fazer o que é necessário, considerando que a mesma permitiu gerar consenso entre a Reitoria e o Conselho Geral. _____

_____ O doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua discordância com o espírito da Comissão que foi criada, alegando que a Reitoria tem de ter capacidade de executar sem ser vigiada pela Comissão e que o Conselho Geral tem o dever de fiscalizar os seus atos, não vendo necessidade de haver uma Comissão para esse efeito. Por esse motivo, solicitou que o seu nome fosse retirado da Comissão, ao que o Presidente do Conselho Geral informou que, em face de documento que lhe foi presente pelo doutor Armindo Rodrigues, a partir daquele momento ficaria desvinculado da Comissão de Acompanhamento. _____

_____ Segundo o doutor Carlos Amaral, a Reitoria vai ser responsabilizada por acatar a recomendação do Conselho Geral e, acatando esta decisão, pode desencadear um processo que ninguém sabe como irá prosseguir, visto não estar regulamentado e ser da maior complexidade, por não haver precedentes. _____

_____ A doutora Gabriela Queiroz lembrou que, ao falar-se em reestruturação, esta reestruturação pode implicar ou não a redução do pessoal e que, reduzindo pessoal, a Universidade também pode ser prejudicada futuramente a nível de financiamento por parte do Ministério, facto, aliás, anteriormente mencionado pelo Vice-Reitor para a Área Administrativa. Assim, concluiu que a Reitoria deve analisar e decidir com base num diagnóstico completo, considerando não ser necessário criar uma Comissão de Acompanhamento do Conselho Geral para o efeito. _____

_____ Em relação às propostas dos doutores Armindo Rodrigues e Mário Fortuna, o Dr. Roberto Amaral recordou que são apenas propostas que se complementam e que também podem ser complementadas com a possibilidade que a Reitoria tem de apresentar uma alteração das unidades orgânicas. _____

_____ O doutor Alfredo Borba apresentou um protesto quanto à forma como este Conselho está a ser tratado, na medida em que os Conselheiros não estão a ser tratados em pé de igualdade, dada a impossibilidade de se deslocarem a Ponta Delgada. Quanto à aplicação da mobilidade, disse que não lhe parece que esta medida possa ser aplicada a professores e



funcionários da área do ensino. Embora reconheça a necessidade de se fazer uma reestruturação da Universidade, é de opinião de que se deve arranjar alternativas, em vez de se pensar em despedimento de pessoal. _____

_____ Para o doutor Tomaz Dentinho, é preciso que as pessoas criem as alternativas e sejam responsabilizadas pelas alternativas, considerando fundamental haver esta Comissão de Acompanhamento, para que possam conhecer mais de perto o que a Reitoria está a fazer e possam informar os restantes conselheiros do que está a acontecer. _____

_____ O doutor Carlos Vouzela chamou a atenção para alguns aspetos mencionados pelo doutor Carlos Amaral sobre a lei dos indisponíveis, dizendo que tal não se aplica aos docentes/funcionários do ensino. Reiterou a ideia de se dispensar contratados que pertencem a outras instituições e reajustar os que estão em funções. Voltou a referir igualmente o espírito de solidariedade dos órgãos superiores, em dispensarem o subsídio de acréscimo de salários, como forma de mostrar o sacrifício e a ajuda para a solução da Universidade, espírito este que não pode ser feito de uma forma isolada, mas sim partindo da Reitoria e dos órgãos de gestão da casa. Em termos de comunicação interna, apresentou o seu repúdio, relativamente ao acesso interdito a certos endereços do correio eletrónico. _____

_____ Em relação à questão dos suplementos de acréscimo dos salários, levantada pelo doutor Carlos Vouzela, o Dr. Roberto Amaral mostrou a sua concordância, bem como a doutora Gilberta Rocha, que acrescentou que, em alternativa a estes suplementos, poderia até haver outra forma de compensação, não em termos monetários, mas em diminuição de carga letiva, por exemplo. _____

_____ Antes de dar por encerrada a reunião, o Presidente do Conselho Geral apontou a data de trinta de abril, como possibilidade de ser a data para a próxima reunião, para aprovação das contas. _____

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: